

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/Agência Brasil



Revolta nas redes canalizou sobre Hugo Motta

Bronca com Motta ultrapassou esquerda e direita

Há um dado com relação ao desgaste sofrido pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), nas redes sociais após a derrota sofrida pelo governo no caso do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que torna imponderável a avaliação sobre o ganho político do episódio para o governo. Um levantamento feito pela agência AtivaWeb na semana

passada mostra que o movimento ultrapassou o embate entre a esquerda e a direita. A indignação avançou especialmente em grupos que não têm maior identificação política. E elegeu Hugo Motta como o grande vilão no processo. Portanto, até onde isso poderá de fato extrapolar para gerar dividendos para o governo, é algo que será preciso avaliar com prudência.

Transbordou

“O volume de críticas contra Motta não nasceu apenas da esquerda”, observa o CEO da Ativaweb, Alek Maracajá. “A esquerda impulsionou com investimento financeiro, mas o conteúdo rapidamente transbordou para a direita e, principalmente, chegou ao povão”.

Bolhas

Para Maracajá, “o apelo do pobre contra o rico” furou bolhas e virou combustível para uma revolta popular. “O que era bolha virou correnteza”, conclui ele. O levantamento mostra que 68% das menções tiveram apelo emocional, de rejeição, indignação ou raiva.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Alcolumbre escapou da indignação popular

Curiosamente, Alcolumbre escapou ileso da fúria

Um dado curioso do levantamento é como o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), escapou ileso da fúria das redes. Alcolumbre também estava no famoso jantar na casa de Motta em que foi costurado o acordo com o governo em torno da questão do IOF. Alcolumbre também quebrou, junto com Mot-

ta, o acordo que foi feito. A Câmara primeiro derrubou o IOF, e depois ele foi derrubado em votação simbólica no Senado. Mas a fúria voltou-se somente para Hugo Motta. “Crises digitais não seguem lógica institucional, seguem lógica simbólica”, explica Alek Maracajá. Segundo ele, “o digital escolhe rostos”. O escolhido foi Motta.

Alcolumbre

No mesmo dia em que foi derrubado o IOF, foi o Senado que aprovou o aumento do número de deputados de 513 para 531. Com o voto do próprio Alcolumbre que, como presidente do Senado, só delibera ele próprio quando desejar, e isso ocorre raramente.

Jato

Pesou ainda contra Hugo Motta a notícia de ter usado um jato da Força Aérea Brasileira (FAB) para ir a Portugal, onde participou do Fórum de Lisboa, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), pertencente ao ministro Gilmar Mendes, do STF.

Deputados

Mas eram os deputados que iam aumentar. Ainda que do ponto de vista orçamentário, o valor seja irrisório, R\$ 64 milhões a mais por ano, era o aumento do número de deputados que mostrava não ser assim tão sincera a preocupação do Congresso em cortar gastos.

Polêmico

Conhecido pelo apelido de “Gilmarpalooza”, o fórum reúne diversas autoridades do país, políticos e empresários. Por ser fora do país, há sobre ele uma carta dose de polêmica. A soma de tudo isso colocou sobre Hugo Motta. Que ganho trará para o governo, será preciso ver.

Trump defende Bolsonaro e governo brasileiro reage

O presidente dos EUA classificou o processo como perseguição

Alan Santos/PR

Por Karoline Cavalcante

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) respondeu com firmeza, nesta segunda-feira (7), às críticas feitas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (República), ao julgamento conduzido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a suposta tentativa de golpe de Estado no Brasil. Sem mencionar nomes diretamente, Lula defendeu a soberania nacional e a independência das instituições. Mais cedo, o líder estadunidense classificou o processo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como uma “caça às bruxas”.

“Somos um país soberano. Não aceitamos interferência ou tutela de quem quer que seja. Possuímos instituições sólidas e independentes. Ninguém está acima da lei. Sobre tudo, os que atentam contra a liberdade e o estado de direito”, afirmou Lula em nota oficial.

A manifestação do presidente brasileiro ocorre após Trump publicar, em sua rede social Truth Social, uma mensagem em defesa do ex-chefe do Palácio do Planalto. No texto, o ex-presidente dos EUA alega que o ex-chefe de Estado brasileiro está sendo injustamente perseguido.

“O Brasil está tratando o ex-presidente Jair Bolsonaro de forma terrível. Eu e o mundo assistimos a tudo isso, como eles não fizeram nada além de persegui-lo, dia após dia, noite após noite, mês após mês, ano após ano! Ele não é culpado de nada, exceto por ter lutado pelo povo”, escreveu. Ele concluiu



Defesa de Trump a Bolsonaro gerou reações

o comunicado dizendo que o único julgamento que deveria ocorrer é o das urnas. “Deixe Bolsonaro em paz”, finalizou.

Processos

Atualmente, o ex-líder do Executivo está inelegível até 2030, por decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2023, foi condenado por abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação, ao atacar o sistema eleitoral brasileiro sem apresentar provas. Posteriormente, recebeu nova condenação por abuso de poder político e econômico durante a campanha à reeleição.

Além disso, o ex-presidente é réu na Suprema Corte por supostamente integrar o núcleo central de uma organização criminosa que teria atuado para

tentar reverter o resultado das eleições de 2022, para permanecer no poder. A ação penal já se encontra na fase final de instrução, com os interrogatórios deste grupo concluídos.

“Aberração jurídica”

Em resposta à publicação do republicano, Bolsonaro compartilhou nas redes sociais uma foto ao lado do ex-presidente americano e agradeceu o apoio. Chamou o processo de “aberração jurídica (Lawfare)” e afirmou ser alvo de perseguição política.

“Agradeço ao ilustre Presidente e amigo. V. Exa. passou por algo semelhante. Foi implacavelmente perseguido, mas venceu para o bem dos Estados Unidos e dezenas de outros países verdadeiramente democrá-

ticos. Sua luta por paz, justiça e liberdade ecoa por todo o planeta. Obrigado por existir e nos dar exemplo de fé e resiliência”, declarou o investigado.

Também repercutindo o apoio, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está licenciado do mandato e vive atualmente nos Estados Unidos, afirmou que há mais novidades por vir.

“O que posso dizer é que esta não será a única novidade vinda dos EUA neste próximo tempo”.

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, criticou a declaração do norte-americano, classificando-a como “equivocada” e reforçou que o Brasil não aceita interferência externa em seus processos jurídicos.

Motta destrava R\$ 11 milhões em emendas por deputado

Lula Marques/Agência Brasil



Motta segue o padrão antes utilizado por Arthur Lira

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), definiu que cada deputado poderá direcionar o pagamento de R\$ 11 milhões em emendas de comissão, verba distribuída pelos colegiados do Congresso.

Com esse movimento, ele usa os recursos para tentar reforçar o apoio que tem no plenário da Casa, assim como fez seu antecessor, o ex-presidente Arthur Lira (PP-AL).

Com a determinação de Motta, cada parlamentar poderá apadrinhar o valor adicional, além dos R\$ 37 milhões a que tem direito na forma de emendas individuais. A cifra de R\$ 11 milhões foi confirmada por seis parlamentares.

Dobradinha

O presidente da Câmara, Hugo Motta, começou a distribuir as emendas de comissão entre os deputados, mas dependerá de uma dobradinha com o governo.

Na prática, os deputados enviarão às comissões uma indicação de como os R\$ 11 milhões deverão ser gastos. Cada colegiado, então, terá que votar e registrar em ata essas escolhas.

As comissões de Saúde, Esporte e Turismo da Câmara já informaram aos parlamentares a abertura do cadastro para as indicações, mas o prazo ainda não foi informado.

Além disso, os líderes de cada partido e o próprio Motta terão direito de distribuir valores ainda maiores em emendas de comissão. Esse número é

mantido em sigilo pela cúpula da Câmara.

O montante apadrinhado por cada líder depende do tamanho de sua bancada e, em anos anteriores, superou R\$ 100 milhões.

As emendas parlamentares são uma forma de deputados e senadores direcionarem recursos para suas bases eleitorais, o que costuma render dividendos políticos e votos.

As emendas individuais (total de R\$ 19 bilhões para a Câmara em 2025) e as emendas de bancada estadual (R\$ 14 bilhões) são de execução obrigatória pelo governo. As emendas de comissão não são impositivas, o que significa que a liberação dos recursos depende do governo.

Moeda de troca

Essa discricionariedade de pagamento é tradicionalmente usada como moeda de troca para obter apoio dos congressistas. Aqueles que são fiéis nas votações são contemplados com a liberação das verbas, enquanto os que fazem oposição ou divergem da cúpula podem ter o dinheiro represado. Em 2025, essas emendas de comissão representarão R\$ 10,5 bilhões.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), e em parte do governo Lula, os autores dessas emendas de comissão ficavam sob sigilo e apenas a cúpula do próprio Congresso tinha conhecimento sobre o valor que cada parlamentar recebia e como seria gasto. Esse formato

era usado anteriormente com as emendas de relator ao Orçamento, declaradas inconstitucionais em 2022.

As emendas de comissão substituíram as emendas de relator em 2024, mas foram bloqueadas por ordem do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), até que fossem adotadas regras de transparência e rastreabilidade para os recursos, diante de seguidas operações policiais para investigar desvios de dinheiro e irregularidades.

Agora, com o fim do sigilo, Motta e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), dependerão de um alinhamento com o governo para coordenarem a liberação dos recursos de acordo com suas indicações.

Até o ano passado, essa negociação fez com que Lira entrasse em conflito com o então responsável pelas verbas no governo, o ex-ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) Alexandre Padilha.

Acordo

Dois interlocutores do presidente Lula dizem que, por enquanto, não há acordo sobre o pagamento dessas verbas. Eles ressaltam também que, em meio ao conflito com o Congresso em torno das medidas de aumento de impostos, será preciso avaliar como fica esse cenário e se o ambiente com a Câmara e o Senado estará positivo para isso.

Raphael Di Cunto (Folhapress)